

# O que os nossos credores querem saber sobre os rumos da economia

Dir. Galdano

Aqui na Europa se indaga até quando o Brasil, com uma inflação de 16,2% em janeiro e a projeção de uma taxa anual de 350 a 400%, vai conseguir evitar a aplicação de um "tratamento de choque" em sua economia. E essa vai ser a principal pergunta que os credores do Brasil deverão fazer ao presidente do Banco Central, Fernão Bracher, quando ele chegar a Paris no dia 24. Mesmo entre os partidários da política de crescimento já existem alguns economistas favoráveis a medidas duras contra a inflação. Alguns jornais franceses, entre eles o *Le Monde*, citam que após alguns meses de euforia todos hoje reconhecem que a economia foi superaquecida, o que explica a derrapagem inflacionária.

Por enquanto, num ano eleitoral como o que atravessamos, o governo tudo fará para evitar cair nas mãos do FMI e adotar uma política de recessão. Isso é o que se espera, mas tudo vai depender da evolução dos próximos meses. Por enquanto, o caminho atual será mantido.

A própria designação do economista Celso Furtado para o Ministério da Cultura, mesmo nada tendo com a área econômica, não deixa de ser um reforço à posição atual do ministro Dílson Funaro, da Fazenda. A política de Funaro se insere na linha defendida, há alguns

anos, por Furtado, também quando participou da Copag, comissão criada pelo ex-presidente Tancredo Neves, no intervalo entre sua eleição e posse. O projeto da Copag foi arquivado pela própria escolha para o Ministério da Fazenda do ministro Dornelles, mas reativado após sua queda e substituição por Funaro.

Furtado sempre privilegiou o crescimento como prioridade número um. A retomada do desenvolvimento facilitaria a solução de outros problemas igualmente espinhosos, entre eles o da dívida e o da inflação crônica. A reativação da economia no ano passado permitiu segundo essas áreas, criar condições mais favoráveis para o Brasil negociar em melhor posição sua dívida externa com os bancos comerciais e resistir às imposições do Fundo. Isso contribuirá para que o País enfrente com outra disposição o próprio problema da inflação.

Outros países que optaram por um simples tratamento de choque de suas economias se encontram em situação bem mais difícil do que a do Brasil. O exemplo mais citado é o do México, até há pouco o bom aluno, agora novamente em estado de quase cessação de pagamentos. O segundo exemplo é o da Argentina onde os primeiros bons resultados do Plano Austral já começam a

desaparecer com o agravamento também dos problemas sociais.

Mas não se pode esquecer de outro problema quase da mesma gravidade, que é o que diz respeito ao enorme déficit público do País. Como conseguir reduzi-lo sem adotar medidas deflacionárias?

Na Europa, os meios econômicos são mais céticos e não concordam com o otimismo das autoridades monetárias brasileiras, que acreditam que já a partir de março a inflação vai cair, se situando, no máximo, aí por volta de 10%, alta ainda, mas sob controle.

De qualquer forma, algumas medidas deverão ser adotadas rapidamente para que o governo não perca o controle completo sobre a inflação. É aí que se acredita na adoção de providências visando congelar salários e preços por um determinado período. Acredita-se que, logo após o carnaval, o governo poderá anunciar um pacote econômico nesse sentido.

## Bracher em Paris

O presidente do Banco Central do Brasil, Fernão Bracher, vai proferir uma palestra na Associação dos Bancos Franceses, e deverá também manter contatos com banqueiros europeus, alguns não escondendo seu descontentamento com o comportamento não só do comitê de bancos que trata da dívi-

da brasileira, mas também com o que as autoridades monetárias do Brasil tem dispensado aos bancos europeus nas recentes negociações. Esse descontentamento não se limita à área privada, mas também pode ser identificado junto a certos integrantes do Clube de Paris, organismo que coordena o reescalonamento da dívida pública dos países. No caso do Brasil, todas as negociações estão suspensas, pois o Clube de Paris só se reúne após o sinal verde do Fundo Monetário Internacional. Isso quer dizer que, desde o fim do ano passado, o Brasil praticamente suspendeu, por falta de nova negociação, o pagamento das parcelas relativas à sua dívida pública reescalonada ainda pelo governo anterior. Algumas explicações teriam sido dadas pelas autoridades monetárias brasileiras diretamente aos embaixadores dos países credores em Brasília, o que teria provocado reações negativas do Clube de Paris. Logo já se prevêem dificuldades quando forem abertas as negociações com esse organismo.

Fernão Bracher vai aproveitar sua estada em Paris para avistar-se também com o secretário do Clube de Paris, que é diretor do Tesouro francês, Jean Claude Trichet.

Reali Jr., de Paris.